
O MUNDO DOS BENS, VINTE ANOS DEPOIS*

Mary Douglas

University College London – Reino Unido



Mary Douglas e Ruben George Oliven em Londres, em setembro de 2005,
por ocasião da entrega do presente artigo

* Conferência em Birbeck em 13 de novembro de 1999, para o Warwick Luxury Project, convocada por Maxine Berg.

Resumo: *A partir do anúncio da reedição de seu livro O Mundo dos Bens, publicado originalmente em 1979, a autora faz uma reflexão do contexto intelectual em que sua obra foi fundamentada. Ela discute as bases da importância do estudo do consumo para a economia e para a antropologia, salientando que isso pode contribuir para alcançar o projeto de “totalidade” dos fenômenos sociais, na perspectiva de Marcel Mauss – autor que teve grande influência para O Mundo dos Bens. O artigo ainda mostra trabalhos e debates clássicos sobre o tema das trocas que contribuíram para as reflexões desenvolvidas no livro. É retomado o argumento de que a pobreza deve ser entendida como um processo de exclusão de informação e, nesse sentido, a autora expõe porque o estudo sobre o consumo é de grande valia para a antropologia.*

Palavras-chave: *antropologia, consumo, dádiva, economia.*

Abstract: *Taking into account the announcement of the re-edition of her book The World of Goods, originally published in 1979, the author develops a reflection on the intellectual context in which her work was created. She discusses the bases of the importance of Consumption Studies for Economics and Anthropology, suggesting that they help to attain the project of “totality” in the study of social phenomena, following the notion of Marcel Mauss – an author who exerted a great influence in the The World of Goods. The article also analyses classical works and discussions about exchanges that contributed to the reflections developed in the book. She resumes her central point, that is, that poverty must be understood as a process concerning the exclusion of information. In this sense, she presents the reasons the study on consumption is of great value for Anthropology.*

Keywords: *Anthropology, consumption, Economics, gift.*

Foi uma verdadeira surpresa quando, recentemente, meus editores de Londres decidiram republicar *O Mundo dos Bens* (Douglas; Isherwood, 1979). Até onde eu sabia, o livro estava completamente morto, submerso sem deixar vestígios.

Embora eu tenha estudado para o livro e o escrito (com a ajuda de Baron Isherwood) com um espírito de animação, eu estava enormemente nervosa quando ele foi lançado e, logo em seguida, cheia de desgosto – como eu podia ter perpetrado algo tão obsoleto? Eu estava em Nova Iorque naquela época, e Richard Sennett, o diretor do Instituto de Humanidades, fez o que podia para que eu tivesse um pouco de discussão. Ele organizou dois seminários para mim, um com o instituto, e o outro com economistas da New York University que estavam inteiramente confusos e só queriam saber como o livro os ajudaria a medir o comportamento econômico. Ele também conseguiu com que eu falasse

em particular sobre o livro com um membro do instituto, o falecido Vassily Leontiev, ganhador do Prêmio Nobel. Esse foi todo o debate que tive, e os resenhadores, que eu lembro, ficaram (como eu já previa) confusos, entediados ou hostis.

Antropologia econômica

O tema central do livro é que pobreza não pode ser definida pela ausência de riqueza. O livro tentava fazer uma aliança entre a antropologia e a ciência econômica, sugerindo uma definição de rede social de pobreza. O ponto de vista do antropólogo é de que as coisas cuja posse significa riqueza não são necessárias por elas mesmas, mas pelas relações sociais que elas sustentam. A pobreza é culturalmente definida, não por um inventário de objetos, mas por um padrão de exclusões, geralmente bastante sistemáticas.

No final nos anos 1970, quando o livro foi planejado, eu já estava fazendo antropologia há 30 anos e havia contribuído com a antropologia econômica através de meu próprio trabalho de campo no Congo Belga. No final dos anos 1940, quando eu era estudante, “antropologia econômica” era um interesse focal. Ele forneceu um modelo unitário da sociedade reproduzindo a si mesma num grande ciclo de doações recíprocas. De certa forma, o ensaio de Mauss parecia ir lado a lado com *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, e de *O Capital*, de Karl Marx, já que também apresenta uma visão total da economia e da sociedade interagindo. Mas o *Ensaio Sobre a Dádiva* (publicado em 1923) se destaca: por um lado, ele é sobre o que eram então chamadas “economias primitivas”, ou seja, economias sem dinheiro, e por outro, ele contrasta explicitamente as economias sem dinheiro, onde a dádiva é o principal método de distribuição, com economias monetarizadas, que são o território da ciência econômica. Mauss aceita o hiato entre a antropologia e a economia, não tenta construir uma ponte entre ambas, e, ao contrário, tende a idealizar o caso primitivo. Conseqüentemente seu grande livro não parecia ter qualquer relevância para a economia moderna.

Nas décadas que seguiram, muito mudou na ciência econômica e há mais lugar para contabilizar o ensaio de Mauss entre as outras teorias econômicas que relacionam as energias que produzem os bens com as energias que demandam os bens. Não é um exagero vê-lo como uma contribuição às velhas discussões sobre a lei de Say. Say encarava a vida econômica como um processo circular e respondia aos temores de que a produção excessiva nunca seria absorvida por compradores, argumentando que o processo de produção em si

gerava uma entrada de dinheiro extra que seria gasta no produto, de forma que o suprimento produz sua própria demanda. Mauss, por sua vez, está demonstrando o processo menos contra-intuitivo pelo qual a demanda produz seu próprio suprimento. Em outras palavras, os processos que economistas separam para propósitos de análise, Mauss trata como um sistema unitário interativo. “São ‘todos’, sistemas sociais inteiros cujo funcionamento tentamos descrever. Nós estamos preocupados com ‘inteiros’, com sistemas na sua totalidade. [...] pesquisa dos fenômenos sociais ‘totais’.” (Mauss, 1969, p. 77-78).¹

Evans-Pritchard (1969, p. vii), em sua introdução à primeira tradução para o inglês, afirmou:

“Total” é a palavra-chave do Ensaio. As trocas de sociedades arcaicas que ele examina são movimentos ou atividades sociais totais. Elas são ao mesmo tempo fenômenos econômicos, jurídicos, morais, estéticos, religiosos, mitológicos e sócio-morfológicos.

Mauss mostra como as grandes correntes de dádiva ligam todos na comunidade num ciclo de trocas de longo prazo. As dádivas mantêm um padrão particular de relações sociais e o padrão de relações gera os padrões de trabalho que produzem os materiais para as dádivas. Em economias não-monetárias a quantificação era difícil, outro motivo para a idéia ser estranha à prática da ciência econômica.

Sob qualquer ângulo, tanto se o foco é na demanda, criando o suprimento, quanto no suprimento, criando sua própria demanda, o rabo da cobra está firmemente dentro da boca da cobra, como Piero Sraffa (1972) afirma. Talvez esta seja uma coisa curiosa a se querer fazer, mas se o circuito da economia foi artificialmente quebrado a favor de se calcular o suprimento e a demanda, é bom juntá-las novamente em algum momento. Naqueles dias, quem fazia trabalho de campo em antropologia sempre buscava relacionar o padrão total de demanda aos padrões de produção dentro de um esquema sociológico. Eu con-

¹ Publicado primeiramente em 1923-1924, em *L'Année Sociologique*; republicado em 1950, em *Sociologie et Anthropologie*, Presses Universitaires de France. Edições em inglês: *The Gift, Forms and Functions of Exchange in Archaic Societies*, traduzida por Ian Cunnison, Routledge & Kegan Paul, 1969; *The Gift, The Form and Reason For Exchange in Archaic Societies*, traduzida por W. D. Halls, Routledge, 1990.

sidero isso ainda o ideal para a antropologia econômica. Mas nós tínhamos, em primeiro lugar, que tratar dos problemas conforme eles surgiam, e no final os antropólogos foram vencidos naquele objetivo pelos economistas.

Os primeiros passos foram *Economics of the New Zealand Maori* (1959), de Raymond Firth, seguindo por *A Primitive Polynesian Economy* (1939), que demonstraram que a análise econômica formal poderia ser aplicada a uma economia não-monetarizada.

Isso foi importante e necessário. Audrey Richards, em *Land Labour and Diet in Northern Rhodesia* (1939), analisou os efeitos, numa sociedade de vilas, da migração do trabalho para o cinturão do cobre, os efeitos nos padrões de casamento e um foco nas dificuldades das mulheres vivendo em vilas semidesertas. Evans-Pritchard, em *Os Nuer* (1940), foi quem chegou mais perto de realizar o programa de Mauss ao mostrar como trocas de gado e trocas de mulheres formavam um só sistema recíproco. Moses Finley (1973) fez uma análise da troca de dádivas dos laços entre chefes e súditos na Grécia antiga.

Esses foram nossos professores. Essa foi a base da minha própria pesquisa de campo no (então) Congo Belga. Eu estava especialmente interessada em transações intergeracionais (Douglas, 1963). As novas fileiras de pesquisadores de campo africanos reportaram os tristes efeitos da monetarização e a condição dos migrantes trabalhadores.² Através da influência de Franz Steiner, os escritos de Bohannon (1955) sobre a economia Tiv foram bem sucedidos em mostrar a circulação de mulheres, escravos e preciosidades num esquema bem coerente com produção doméstica, casamento e hierarquia militar. Quase na mesma época um modelo de comunicação da circulação de mulheres e bens foi a espinha dorsal da teoria elementar do parentesco, de Lévi-Strauss (1949). Entretanto, Lévi-Strauss negligenciou o lado econômico da equação – e não foi o único antropólogo a fazer tal coisa – e por várias outras razões a visão totalizante de Mauss foi logo perdida.

Uma razão para o declínio na antropologia econômica era seu pensamento evolucionário implícito. A dádiva veio primeiro, cedo, e era elementar, primitiva; o dinheiro veio depois, com a civilização, mas do ponto de vista anterior o dinheiro

² O Rhodes Livingstone Institute de Lusaka ficava na região influenciada pelas minas de cobre do Norte da Rodésia, o que inevitavelmente chamou a atenção de antropólogos liderados com Max Gluckman para esse tipo de análise econômica.

significava ruína, ele dissolveu os laços primordiais de parentes e vizinhos e deteriorou a base moral da comunidade. A tese forneceu uma plataforma fácil para uma antropologia marxista da exploração colonial, que era necessária e prestes a chegar, mas inevitavelmente quebrou o paradigma estabelecido por Mauss e cortou a tentativa de tornar aplicáveis as categorias econômicas. O debate que se seguiu entre os antropólogos dividiu-se a serviço de diferentes pautas.

A primeira grande mudança foi uma forte controvérsia em relação a se a análise econômica era, de alguma forma, possível de ser usada em economias não-monetárias. Raymond Firth liderava os chamados “formalistas”, que acreditavam que o caminho para o maior entendimento era através da aplicação e desenvolvimento dos conceitos formais da ciência econômica. Dalton (ver, por exemplo, *Economic Anthropology and Development*, 1971) liderava os chamados “substantivistas”, que acreditavam que a maior parte da substância da vida econômica estava caindo pelas rachaduras da teoria econômica formal. Eu mesma concordava com tal crítica, mas estava otimista em relação a enfrentá-la, estendendo o conceito de ciência econômica. Os formalistas lutavam na retaguarda em favor da disciplina intelectual e os substantivistas favoreciam a descrição sem disciplina. Enquanto isso, no centro de todo calor e fúria, a antropologia econômica ainda permanecia não-sistematizada e, embora a disputa fosse violenta, ela foi se tornando bastante escolástica e remota. Assim, muitos trabalhos excelentes sobre comportamento econômico estavam sendo publicados por antropólogos, suplicando por uma síntese. Mas os jovens economistas de hoje não estão cientes das coisas boas que foram feitas e estão ocupados reinventando a roda.

E assim aconteceu que, por uma divisão implícita de trabalho, os economistas estudavam economias de mercado e os antropólogos estudavam economias de dádiva. Embora ambos aceitassem que a linha poderia não ser claramente traçada, eles não esperavam mais ter que falar uns com os outros. Esse era o pano de fundo frustrante de *O Mundo dos Bens*. Mas a principal razão para a estagnação da antropologia econômica foi que construir uma ponte entre a ciência econômica e a cultura era uma tarefa muito mais difícil do que parecia num primeiro momento.

A idéia de pessoa

Eu tinha a ilusão de que se nós estudássemos macroeconomia estaríamos nos aproximando do modelo totalizante de sociedade de Mauss. Assim, tirei um

ano para estudar a teoria de consumo, que parecia ser relevante para a doação de dádivas e que naquele momento era uma preocupação teórica importante. No início, eu desconfiava que a falta de diálogo era nosso erro enquanto antropólogos: talvez nós tivéssemos uma idéia muito reduzida do que a ciência econômica podia fazer. A teoria da dádiva não poderia ser aplicada à economia moderna sem, antes, mudar uma noção fundamental. A idéia corrente era de que a “demanda do consumidor” é uma demanda por bens a serem consumidos pelo comprador. Simbolizado pela cestinha de compras, o consumidor deveria estar escolhendo coisas, objetos, para seu uso privado ou familiar. Na verdade, o oposto é verdade. O consumidor é inerentemente um animal social, o consumidor não quer objetos para ele mesmo, mas para dividir, dar, e não só dentro da família.

O maquinário da teorização e medição econômica foi criado para a idéia de que o consumo é uma atividade de indivíduos. A teoria está presa nessa noção. Nos anos seguintes, continuei procurando maneiras de afirmar isso (Douglas, 1996). Eu ainda continuo tentando atacar a idéia enganosa de *pessoa* humana (Douglas; Ney, 1998). Recentemente, para um estudo sobre clima global, tive que pesquisar a atual filosofia do bem-estar, as teorias de necessidades básicas, necessidades humanas, qualidade de vida, e os resultados de pesquisas baseadas nelas (Rayner; Malone, 1998). Todas essas teorias assumem uma teoria de necessidades, começando pelas físicas; primeiro a necessidade de viver, de ter comida e água, abrigo, etc., e então a necessidade de companhia e satisfação social e espiritual. O pensamento é tão fracamente teorizado na sua própria área que tem que iniciar com biologia. É absurdo. A teoria deveria começar com seres inteligentes que tem o suficiente para viver e mesmo assim conseguem matar de fome alguns de seus iguais. Pobreza é uma questão de como as pessoas tratam umas às outras, e isso precisa de um enquadramento sociológico. Parece haver um tipo de incapacidade profissional. Muito é dito sobre comunicação, mas sempre sobre indivíduos comunicando: uma inabilidade de contemplar a cultura como um processo dinâmico feito por indivíduos interagindo. Uma psicologia que concebe de forma totalmente errada a natureza da pessoa é parte do fardo com o qual a teoria do consumo tem tido que lidar.

Minha idéia central é de que a ciência econômica deveria levar em consideração a função comunicativa dos bens como básica (Douglas, 1987). Isso necessitaria de algumas afirmações fortes. Ou se esquece a biologia, ou ela é usada de forma inteligente. Se uma pessoa nasce como um ser comunicativo, e nasce dependente dos outros, nós certamente devemos assumir que algum po-

der comunicativo inerente é parte do equipamento nativo. Eu aplaudo o departamento psiquiátrico da Universidade de Edinburgo, Colwyn Trevarthen, e colegas escandinavos, que adotam noções biológicas evolucionárias: a criança nasce dependente de outros humanos; ela tem a vontade de controlar o seu ambiente, e assim é fortemente interessada em controlar os humanos à sua volta. Ela é dotada da experiência de seu próprio corpo e, assim, da sua experiência de lateralidade ela entende transações de dois lados, como bater palmas, e de sua posição de pé numa dimensão vertical ela entende balanço e simetria. Assim, há um interesse primordial na reciprocidade. Nessa abordagem teórica, as necessidades sociais vêm ao mesmo tempo ou antes do conforto físico, porque elas são as maneiras de conseguir comida, etc. É impressionante ainda no dia e época de hoje ler psicologia do desenvolvimento que ensina que as habilidades sociais vêm posteriormente no desenvolvimento infantil. Ao invés de uma tabela de necessidades básicas que começa com as físicas e termina com as sociais e simbólicas, o oposto funcionaria melhor.

Custo do tempo

Para começar, eu costumava perguntar a economistas amigos o que eles pensavam que seria útil para um antropólogo estudar no campo de estudos deles. O único conselho que fez sentido era de que nós poderíamos fazer algo para explicar “custo do tempo”.³ Esse conselho levou a dois tipos de interesse. Por um lado, os custos do tempo – em momentos diferentes no dia e semana, e ano – constituem uma base rica para comparações econômicas. Por outro lado, muito da teoria do consumo acabou sendo sobre não consumir, sobre razões para guardar para o futuro. O interesse no tempo me levou à teoria de Friedman (1957) de consumo permanente. Ele possuía evidências para mostrar que famílias rurais poupavam mais do que trabalhadores assalariados. Isso, com o apoio de outros casos, sugeriu que entradas regulares de dinheiro, garantidas durante um período de vida, afastavam incentivos para poupar. Unidades domésticas com ganhos irregulares tentam manter o fluxo de consumo estável. Implicitamente elas precisam poupar para dias chuvosos que podem chegar, não

³ No original, “time-cost-discounting”. (N. de T.).

porque elas queriam manter seus próprios padrões de consumo, mas por causa das pressões da vida social que demandam delas vários tipos de compromissos.

Essa teorização sobre consumo generosamente abre a porta para a antropologia porque sugere que os padrões de consumo são estabelecidos por pressões e expectativas de outras pessoas, e que, assim, tem pouco a ver com desejos e necessidades individuais. Deveria existir escopo o suficiente para argumentar tal coisa com evidência antropológica, mas nunca ouvi falar de pesquisa comparativa de antropólogos sobre poupança ou sobre a hipótese de consumo permanente.

O antropólogo deve ficar feliz pelo trabalho de Elinor Ostrom (1990) sobre os “comuns”, e pelo sucesso de Robert Putnam (2001) em aumentar o interesse no “capital social”. Ele mostrou que comparações de bem-estar individual nunca fornecerão mais do que uma fração da história se não lembrarem do apoio que o indivíduo ganha da comunidade. Os economistas não aceitaram positivamente num primeiro momento o conceito de capital social, talvez porque o que se seguiu imediatamente foi uma defesa não-crítica de valores comunitários. Paradoxalmente, e entre parênteses, os comunitários que eu conheço odiariam ser membros de qualquer comunidade real. Uma comunidade faz demandas duras em relação a seus membros, monitora seu comportamento, restringe suas escolhas (tal como a escolha de comida, a escolha de casamento) de maneiras que seriam intoleráveis para intelectuais modernos e pós-modernos. Escapar dessas forças (que são alguns dos custos de gerar confiança e bens públicos) produziu a nova sociedade na qual estamos tentando viver e desejar voltar no tempo não vai ajudar. A noção de capital social bagunça com as distinções claras entre demanda e suprimento, capital e entrada, entre o curto e o longo prazo. Mas desde que ninguém menos que o economista Partha Dasgupta se juntou ao trabalho de edição de um livro sobre o assunto para o Banco Mundial (Dasgupta; Serageldin, 1999), sua entrada séria na ciência econômica foi garantida.

Dasgupta já era uma boa notícia para os antropólogos por causa da mudança profundamente social que ele deu ao Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. Depois de desenvolver meios de comparar a infraestrutura de medições de bem-estar, ele desenvolveu um novo modelo de economia (Dasgupta, 1993). O bem-estar individual e as instituições sociais que o apóiam devem ser contados como os resultados do sistema (não como bens). Isso muda o foco da pesquisa do bem-estar, do indivíduo aos mecanismos sociais de alocação. Ele rejeita a idéia de que o consumo é um processo que come-

ça com as compras e termina com o jantar na unidade doméstica. Para ele, o consumo, na verdade, produz o tipo de sociedade na qual o consumidor vive. Consumo é o processo de transformar mercadorias em bem-estar. Nem os bens, nem os objetos, mas a sociedade é o produto. As escolhas de consumo são em relação a quem vai comer em nossa casa, quem será excluído, com quem nossas crianças irão brincar, ir à escola, casar. São as decisões mais importantes que podemos fazer. Então aqui estamos nós, os antropólogos, sendo ensinados pelos economistas a ver como as mercadorias são produzidas pelas mercadorias. A cobra está colocando seu próprio rabo na boca, o círculo está fechado, e o arco totalizante começa a rodar. O projeto de Marcel Mauss de circulação da dádiva está a caminho de ser realizado, não na antropologia, mas na própria ciência econômica.

Existem outros sinais dos tempos encorajadores. Um dos ataques realmente interessantes à idéia de individualidade racional se origina do trabalho dos anos 1960 e 1970 de Tom Schelling sobre convenção (Schelling, 1960, 1978). Foi uma contribuição à então nova teoria de tomada de decisão e um co-produto das fenomenologias francesa e alemã e do trabalho de etnometodólogos americanos. Há um paralelo curioso aqui: os economistas haviam se sentido capazes de ignorar a infra-estrutura de serviços públicos que apoiavam o consumo individual, e os sociólogos e lingüistas haviam ignorado o papel infra-estrutural de noções tácitas que faziam a comunicação possível. O falante individual, assim como o consumidor individual, está agora sendo recolocado num contexto social. Nós agora admitimos que o significado das palavras é subdeterminado, mesmo pelos dicionários, o poder das teorias é subdeterminado pelos fatos, e as brechas são preenchidas por convenções nas quais a compreensão mútua e muito da vida social também dependem. Uma convenção é um acordo a se fazer algo de uma certa maneira sem um motivo racional do porquê deve tal coisa ser feita de tal maneira, mas com um forte desejo de todos envolvidos de que alguma regra, seja qual for, deve ser usualmente observada. Por exemplo, dirigir pela direita, ou pela esquerda, ou fazer a feira no sábado ou na sexta-feira. Ninguém se importa com qual é a regra, mas porque querem uma regra, fazem uma escolha.

As notícias inesperadamente animadoras são de que um grupo de economistas franceses em Paris-Nanterre está trabalhando com Olivier Favereau num campo que eles chamam de economia da convenção (Favereau, 1995a, 1995b), o qual traz um aparato crítico poderoso às noções de escolha racional na ciência econômica. O time de economistas da pesquisa “Forum” é influenciado pelo

sociólogo Harrison White (ver, por exemplo, *Markets from Networks*, 2002) de Harvard, cujo principal interesse é colocar a teoria econômica num contexto sociológico. Até agora, nada disto afeta o consumo até onde eu possa ver, mas estou esperançosa de que irá afetar, porque esse grupo de pessoas não tem medo de dar corajosos passos teóricos. A moda, e porque as pessoas escolhem o que elas escolhem, é certamente em grande parte uma questão de convenção.

Gostos

Precisamos definitivamente ser capazes de pensar em mercadorias enquanto produzidas por meio de mercadorias, mas ao mesmo tempo em que eu escrevia este livro, a linda frase de Sraffa parecia muito enigmática, quase mística. Eu mostrei acima que um problema que bloqueava as possibilidades de diálogo entre a antropologia e a ciência econômica é a distinção entre consumo e produção. É algo bastante importante para a análise econômica, mas é difícil de realizar e não funciona muito bem para a antropologia. Dádivas, por exemplo: se elas são trocadas para manter uma relação na qual o trabalho é contabilizado na troca, como cervejadas para trabalhadores de colheita, elas devem ser contadas como produção ou como consumo? Charadas similares são conhecidas pelos economistas que fazem a contabilidade nacional. Se algumas companhias fornecem cafezinho de graça para seus funcionários, ele faz parte dos custos de produção?

Quando eu tive uma conversa inesquecível com o grande *expert* em cálculos de entrada e saída, Leontiev, ele afirmou que havia lido *O Mundo dos Bens*, e me pediu, da sua maneira abrupta, para lhe contar sobre as origens do gosto: “De onde vêm os gostos?” Resmunguei algo incoerente sobre padrões de trabalho estabelecendo padrões de convívio de acordo com o tempo e lugar, e para minha surpresa, ele aceitou tal resposta entusiasmadamente. Ele até propôs que trabalhássemos juntos por alguns anos em categorias de trabalho que influenciam categorias de consumo. “Nós agora podemos descrever a função da produção”, ele disse, “existem quantidades maciças de dados e o trabalho foi feito, mas nós não descrevemos a função do consumo. Entre nós, poderíamos desenvolver uma abordagem teórica ágil do consumo, para completar o modelo da economia.” Uma possibilidade tão excitante! Eu não tinha ilusões a respeito do porquê ele estava tão ansioso por colaborar. Naquela época, eu era responsável por um grande fundo de pesquisa sobre cultura na Russell Sage Foundation. Eu sabia que Leontiev estava ansiosamente buscando 300 mil dó-

lares para seu instituto de pesquisa econométrica. Eu queria seguir com o grande homem, mas, infelizmente, o presidente da fundação não quis nem ouvir falar dessa possibilidade.

Um modelo de informação

Tenho freqüentemente refletido sobre qual tipo de modelo nós teríamos se tivéssemos tentado descrever uma função de consumo que gerasse uma função de produção (o projeto de Mauss, novamente). Esse modelo teria começado por particionar o consumo de acordo com padrões de tempo e espaço disponíveis na organização da produção. Em *O Mundo dos Bens* eu havia colocado algumas reflexões descrevendo os serviços de consumo que as pessoas estendem umas às outras, aparecendo em visitas hospitalares, casamentos, funerais, os quais, todos, demandam tempo e presentes. Quanto tempo você gasta viajando, quanto perto do seu trabalho, trabalhando em casa, quanto tempo no campo de golfe ou na igreja, e quanto você ganha? O quão dispersos são os membros da sua família que esperam que você seja disponível? Existe um aspecto importante do tempo, que eu chamei de periodicidade. Significa não necessariamente trabalhar duro, mas estar preso a um certo espaço. Com que freqüência um processo precisa ser acompanhado, de modo que o trabalhador não possa iniciá-lo e voltar mais tarde, mas precise ficar no mesmo lugar? Outro aspecto é a complexidade de processos interativos no consumo, tal como a complexidade de servir comida. A pesquisa seguinte sobre comida na Russell Sage Foundation mostrou como a complexidade dos padrões de consumo corresponde à centralidade numa rede social.

Nosso modelo teria também procurado por outras partições que criam esferas econômicas independentes. Esse tema tem sido importante na antropologia econômica. Nós as chamávamos “esferas independentes de troca”, mas nos anos 1960 e 1970 não conseguíamos pensar em instâncias modernas que pudessem nos ajudar a fazer uma ponte com a ciência econômica. No famoso caso Tiv, itens de produção doméstica formavam uma esfera separada: ovos podiam ser trocados por farinha, e frango por ferramentas, e assim por diante; não havia maneira de acumular crédito o suficiente naquela esfera para ser capaz de comprar qualquer coisa na esfera imediatamente superior – armas e escravos –, e na esfera mais alta de todas – direitos de casamento sobre as mulheres – não havia acesso para quem não tivesse mulheres na parentela das

quais pudesse dispor. Nós estávamos satisfeitos que tais esferas não emergiam na moderna economia de mercado, porque o dinheiro permeia tudo e penetra em todas as transações. Nós pensamos que uma economia monetarizada não poderia sustentar esferas de troca separadas. Naqueles dias, nós estudávamos formas primitivas de dinheiro, percebendo sua circulação limitada.

Esferas econômicas separadas pareciam ser comparáveis às sociedades mais altamente estratificadas do nosso próprio passado: era preciso ter nascido nobre para ter a permissão de casar alguém também nascido nobre; nem todos podiam portar armas, sair para a guerra com uma tropa de homens, e coletar despojos de valor, e o porte de armas usualmente relacionava-se com direitos sobre terra. Esferas restritas de troca econômica pareciam possuir um ar de antigüidade para os economistas. Mas agora que tivemos uma grande inflação, nós vimos os preços de casas subirem de tal forma que a única maneira de entrar em tal mercado, em princípio, seria possuindo uma casa, presumivelmente herdada. E a globalização parece ter feito algo do mesmo tipo numa escala maior. As esferas normais de controle industrial e investimento recentemente se separaram por um golfo gigante das esferas econômicas globais envolvidas nas finanças internacionais. A diferença absoluta em valor é suficiente para impedir qualquer um com dinheiro na mão de uma esfera inferior de penetrar na esfera acima. Deve haver um retorno disso na política doméstica, no comportamento eleitoral, na política estrangeira, de acordo com a existência de esferas distintas de atividade. Isso deve valer a pena de ser estudado com exemplos antropológicos em mente.

O modelo de consumo de Leontiev que eu queria influenciar deveria levar isso em consideração. Mas acima de tudo nós teríamos incluído a interação entre forma de emprego e cultura. Nosso particionamento do consumo teria englobado quatro tipos de vieses culturais, cada um dependendo da forma de organização, e cada um ditando qualidades de bens para consumo. A teoria cultural agora se desenvolveu num campo bem pesquisado no qual os tipos de atitudes morais, que uma forma de organização requer de modo a funcionar, são vistos como emergindo em resposta aos prêmios e penalidades que a organização emprega. Cultura e organização co-produzem uma à outra: outro ponto no qual a cobra coloca o rabo na própria boca.

Para concluir, minha reclamação contra as ciências sociais em geral, não unicamente contra a ciência econômica, é sua falha em olhar para fatores macrossociais. Ter desenhado a pessoa humana como algo isolado estragou os planos. Por outro lado, a ciência econômica tem o modelo abstrato simplificado

de processos sociais que costumava aceitar. Ela está no caminho adequado para realizar o que seria necessário para um diálogo proveitoso com os antropólogos. Precisamos de uma definição de pobreza em termos de exclusão da informação. Provavelmente não necessitamos de uma definição de consumo, mas realmente precisamos de uma teoria informativa da circulação de pessoas e bens.

Traduzido do inglês por Nicole Reis

Referências

BOHANNON, P. Some principles of exchange and investment among the Tiv. *American Anthropologist*, v. 57, p. 60-70, 1955.

DALTON, George. *Economic Anthropology and development: essays on tribal and peasant economies*. New York: Basic Books, 1971.

DASGUPTA, Partha. *An enquiry into well-being and destitution*. New York: OUP, 1993.

DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, L. (Ed.). *Social capital: a multi-faceted perspective*. Washington D.C.: The World Bank, 1999.

DOUGLAS, Mary. *The Lele of the Kasai*. London: Oxford University Press for the International African Institute, 1963.

DOUGLAS, Mary. *How institutions think*. Syracuse: Syracuse University Press, 1987.

DOUGLAS, Mary. *Thought styles*. London: Sage, 1996.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. C. *The world of goods*. New York: Basic Books, 1979.

DOUGLAS, Mary; NEY, Stephen. *Missing persons: a critique of personhood in the Social Sciences*. Berkeley: California University Press, 1998.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *The Nuer*. Oxford: Clarendon Press, 1940.

EVANS-PRITCHARD, E. E. Introduction. In: MAUSS, Marcel. *The gift: forms and functions of exchange in archaic societies*. Translated by Ian Cunnison. London: Routledge & Kegan Paul, 1969. p. v-x.

FAVEREAU, Olivier. L'Economie des conventions: part 1. *Actuel Marx*, v. 27, p. 103-113, 1995a.

FAVEREAU, Olivier. L'Economie des conventions: part 2. *Actuel Marx*, v. 27, p. 173-181, 1995b.

FINLEY, Moses. *The ancient Economy*. Berkeley: University of California Press, 1973.

FIRTH, Raymond. *A primitive Polynesian Economy*. London: Routledge, 1939.

FIRTH, Raymond. *Economics of the New Zealand Mâori*. Wellington: R. E. Owen, Government Printer, 1959.

FRIEDMAN, Milton. *A theory of the consumption function*. Princeton: Princeton University Press, 1957.

LÉVI-STRAUSS, C. *Les formes elementaires de la parenté*. Paris: Presses Universitaires de France, 1949.

MAUSS, Marcel. *The gift: forms and functions of exchange in archaic societies*. Translated by Ian Cunnison. London: Routledge & Kegan Paul, 1969.

OSTROM, Elinor. *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. New York: Cambridge University Press, 1990.

PUTNAM, Robert D. *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster, 2001.

RAYNER, S.; MALONE, E. (Ed.). *Human choice and global climate change*. Columbus, OH: Battelle, 1998.

RICHARDS, Audrey. *Land labour and diet in Northern Rhodesia*. Oxford: Oxford University Press, 1939.

SCHELLING, T. *The strategy of conflict*. New York: Oxford University Press, 1960.

SCHELLING, T. *Micromotives and macrobehavior*. New York: W. W. Norton, 1978.

SRAFFA, P. *The production of commodities by means of commodities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

WHITE, Harrison. *Markets from networks: socioeconomic models of production*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

Recebido em 16/08/2006
Aprovado em 09/09/2007